

Objetos Editoriais: Pesos e Medidas¹

José de Souza MUNIZ JR.²

CEFET-MG, Belo Horizonte (MG), Brasil

Resumo

Quem define o que é um autor “maior” da literatura brasileira? Com que critérios se diz que uma editora tem “peso” no campo? Neste artigo, fazemos retroagir às materialidades dos objetos editoriais as metáforas tangíveis usadas para descrever os graus de consagração no universo da produção simbólica. Propõe-se que a análise de tais materialidades seja incorporada ao estudo da edição como universo em que as reputações são desigualmente distribuídas. Discutem-se alguns elementos teóricos de apoio a tal perspectiva, relacionando-os a duas hipóteses de trabalho relativas às configurações do espaço editorial brasileiro nas últimas três décadas.

Palavras-chave: livros; edição; materialidades; consagração.

Introdução: objetivar os objetos

Um rápido passeio pelas estantes de uma biblioteca dá a ver objetos com diferentes formatos e pesos. Dos opúsculos aos calhamaços, dos mirrados folhetos às enormes obras de referência, há uma imensidade de diferentes dimensões – regulada, obviamente, por convenções específicas, como os cálculos de aproveitamento de papel segundo os padrões de tamanho utilizados pela indústria gráfica, as diferentes gramaturas, os formatos mais consagrados para cada gênero editorial etc. Trata-se de uma diversidade que possui, portanto, regularidades. Esses objetos, nessa sua “variedade regulada”, exigem do leitor diferentes formas de manipulação: o emprego de certa quantidade de força para suspendê-los no ar, um dado ângulo de flexão dos ombros, cotovelos e punhos para poder abri-los, a pressão e o atrito que se exerce com as pontas dos dedos sobre o papel para folhear as

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Sociologia, mestre em Ciências da Comunicação e graduado em Comunicação Social-Editoração pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio pós-doutoral (PNPD-CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). É professor e pesquisador do Departamento de Linguagem e Tecnologia do CEFET-MG. E-mail: jmunizjr@gmail.com

páginas, uma determinada errância no percurso do olhar sobre os diferentes elementos que lhe saltam à atenção etc.

Essa relação material com os objetos (a percepção das formas e proporções, das texturas e temperaturas etc.) implica, também, uma relação mental com eles: surpresa, deleite, indiferença, aversão. As feições materiais do mundo – e do mundo dos livros, que não escapa à regra – provocam diferentes estados emocionais e intelectuais. Muitas das vezes, tais estados permanecem num nível pré-reflexivo e pré-discursivo: deixamo-nos afetar pelos objetos sem que atinemos para isso e sem que explicitemos tais afetações. Outras vezes, o sujeito busca objetivar esse momento: descreve o objeto e sua experiência com ele, relacionando-a a outras e buscando explicá-la com argumentos filosóficos, místicos ou científicos. Tal como nos rituais dos degustadores de vinhos, que captam em cada taça diferentes cores, odores, sabores e texturas, há quem se compraza em contemplar, tatear, cheirar os livros, extraindo disso certo deleite. Na bibliofilia, tal como na enologia – e na literatura, nas artes etc. –, os discursos da “crítica” emergem como forma precária, porém eficaz, de traduzir em palavras, de maneira qualificada, aquilo que os objetos causam naqueles que com eles interagem.

Mas essa experiência com o objeto está longe de ser idiossincrática: as sensações, impressões, emoções que a materialidade de um livro impresso suscita em uma pessoa não estão ancoradas apenas na situação particular de manipulação do objeto. Tal experiência está, em vez disso, mediada pela trajetória do indivíduo e pela trajetória do objeto: a que vivências essa pessoa e esse livro foram expostos outrora e alhures, juntos e separados? Aí se situa, portanto, a dimensão social dos usos e usufrutos do livro: tanto o objeto como aquele que o manuseia (e, ainda, esse composto pessoa-objeto) devem ser apreendidos em sua dimensão sócio-histórica, como seres e/ou coisas num mundo repleto de outros seres e coisas que se relacionam de modos particulares.

Para dizê-lo de outro modo, as relações entre os seres e as coisas não são aleatórias ou livremente orientadas pela vontade dos agentes, mas atravessadas por constrições específicas. O encontro entre pessoas e livros está moldado pelos casos e acasos da economia e da política, da religião e da moral, do trabalho e do lazer, da saúde e da doença. A umidade da biblioteca, o horário de funcionamento da livraria, a altura da prateleira, o cansaço no fim do dia e o atraso do dentista não são meros dados da experiência: são peripécias mundanas que moldam o encontro das pessoas com a materialidade do livro – peripécias que, num mundo outro, seriam outras.

Não restam dúvidas de que a produção do sentido que emerge da relação entre livros e pessoas tem uma tripla dimensão: material, individual e social (GONÇALVES, 2018). Mas como analisar a materialidade do livro sem reduzi-la à descrição “objetiva” de seus atributos, à experiência singular de um indivíduo para com ele ou, ainda, às convenções que regulam sua apreciação legítima? E como conectar essas três dimensões de análise, igualmente pertinentes, sem deduzi-las umas das outras, recorrendo aos automatismos do senso comum? Esta é a pergunta impertinente que este artigo busca lançar, propondo que a análise das materialidades dos objetos editoriais seja incorporada ao estudo da edição como universo relativamente circunscrito de práticas sociais onde as reputações estão desigualmente distribuídas. Para isso, discuto alguns elementos teóricos que podem auxiliar nessa busca e relaciono-o a duas hipóteses de trabalho nas quais venho trabalhando, e que dizem respeito às configurações do espaço editorial brasileiro nas últimas três décadas. Antes, porém, descrevo brevemente uma proposta didática recente que suscitou alguns dos *insights* aqui expostos.

Interlúdio: uma proposta didática

O título deste artigo faz referência a um exercício realizado no primeiro semestre de 2018, no âmbito da disciplina “Literatura 2 (Literatura e Ciências Sociais)”, cadeira optativa ministrada aos alunos de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza (CE). O exercício proposto fazia parte da discussão da obra de Pierre Bourdieu e, particularmente, do livro *A distinção: crítica social do julgamento*. Os alunos foram previamente solicitados a ler o Post-Scriptum da obra, denominado “Elementos para uma crítica ‘vulgar’ das críticas ‘puras’” (BOURDIEU, 2007, p. 448-460)³.

Após o intervalo da aula, solicitei aos alunos que permanecessem fora da sala, no corredor que dá acesso ao bloco didático. Esse corredor é aberto para uma área ajardinada, ao ar livre, e ali situam-se vários bancos de concreto separados por uma distância de aproximadamente trinta metros. Pedi que os alunos se dividissem em dois grupos (um de quatro pessoas, outro de três) e que cada grupo se dirigisse a um dos bancos. A um dos grupos, pedi que me dissessem quanto aquele banco media; ao outro, solicitei que me dissessem quanto o banco pesava. Nenhum dos grupos possuía qualquer tipo de

³ Esse mesmo exercício foi adaptado e replicado em uma turma de alunos do doutorado em Sociologia da mesma universidade, na disciplina “Teoria sociológica contemporânea”, para suscitar uma reflexão sobre o estatuto da teoria no trabalho de pesquisa. Para os objetivos deste artigo, detenho-me na descrição da experiência tal como ela foi levada a cabo na turma de graduação.

instrumento (régua, trena, balança) que pudesse ser usado nessa tarefa. Os grupos tiveram aproximadamente 10 minutos para realiza-la.

Depois de transcorrido esse período de tempo, chamei-os de volta à sala de aula para que me dessem o resultado de suas aferições, explicitando também o método utilizado. O primeiro grupo deu-me uma resposta aproximada: usando a medida do palmo de um deles e convertendo a medida desse palmo em centímetros, chegaram ao resultado de, mais ou menos, 1 metro de comprimento X 60 centímetros de altura X 50 centímetros de largura. O segundo grupo deu-me uma resposta estimada: consideraram o dado de que o banco é feito de concreto e possui uma estrutura metálica interna; a partir disso, supuseram que ele pesaria algo em torno de 200 kg.

Na sequência, questionei-os sobre o uso do Sistema Internacional de Unidades, uma vez que isso não havia sido solicitado de antemão e que eles não possuíam nem instrumentos adequados para aferir tais valores com base nesse sistema, nem conhecimentos técnicos que lhes permitissem fazer tais aferições com base em outros elementos (óptica, densidade dos materiais etc.). Aos que deveriam medir o banco, perguntei por que não deram uma resposta mais acurada com base na medida do palmo, do pé ou do braço de um deles. Aos que ficaram responsáveis pela pesagem, questionei como poderiam me fornecer aquele valor se o banco sequer poderia ser levantado do chão: não teria sido mais adequado – ou, ao menos, mais razoável – usar uma estratégia de comparação e dizer que o banco tem, tal como uma árvore ou um elefante, o peso dos objetos que não conseguimos levantar com a própria força?

Uma das respostas dos alunos a tais questionamentos foi a de que não lhes ocorreu usar qualquer outro tipo de parâmetro que não fosse o sistema métrico. Tratava-se, nesse sentido, de um automatismo a que eles recorriam em todas as situações nas quais eles precisavam referir-se aos pesos e às medidas das coisas. Outra resposta dada foi a de que, por se tratar de um sistema amplamente usado, conhecido por todos, uma aferição desse tipo, ainda que pouco acurada, ao menos permitiria que o interlocutor (neste caso, o professor) compreendesse o resultado. Era, portanto, a melhor alternativa de que eles dispunham com relação a uma medida como o pé, o palmo ou o braço de um deles, que não constituía um parâmetro amplamente conhecido, por estar demasiado rente à realidade singular do grupo.

A partir desse exercício e do diálogo que se seguiu, passamos a discutir, retomando as contribuições de Bourdieu, o fundamento social das formas de descrição, interpretação

e classificação do mundo. Mencionei, rapidamente, alguns elementos da história do Sistema Internacional de Unidades e de seu caráter geopolítico. Comentamos as célebres histórias de medidas que não pertencem a tal sistema, como o “pé” e a “polegada”, baseadas em partes do corpo de pessoas específicas, que viveram em épocas e lugares precisos e ocuparam posições singulares na hierarquia social. Um dos alunos trouxe à tona o caso de sua cidade de origem, onde o peso dos alimentos comercializados é aferido em comparação a objetos específicos (um saco de farinha, por exemplo), aos quais se atribui a medida do quilo – método indireto, fundado (via crença e/ou confiança) na convicção socialmente partilhada de que um dado objeto corresponde a uma certa quantidade de massa, convencionada como quilo.

Nem a disciplina em geral, nem aquela aula em particular tinham a materialidade do livro como tema central. O objetivo dessa discussão foi sensibilizar os alunos para o caráter histórico, arbitrário e irrefletido dos sistemas de classificação. Ao mencionar a existência de um protótipo internacional do quilograma (IPK), objeto metálico mantido no Escritório Internacional de Pesos e Medidas (BIPM) na França, com algumas réplicas espalhadas pelo mundo, chamei a atenção para o caráter implicitamente comparativo de todo e qualquer procedimento “objetivo” de aferição de massa em quilos. Aludindo a outros exemplos nesse sentido, como o mapa-múndi da Projeção de Mercator e os fusos horários do Tempo Universal Coordenado, discutimos o caráter sócio-histórico das formas legítimas de regulação da vida social, as raízes coloniais e de dominação que subjazem a elas e as relações de hegemonia que diferentes grupos e países exercem sobre outros por meio do automatismo e da inevitabilidade que tais formas de regulação impõem como particularismos (pontos de vista) tornados universais.

O que se seguiu, de acordo com os objetivos estabelecidos para a sequência didática da disciplina, foi uma discussão sobre a eficácia de tais sistemas no campo da produção simbólica, a partir de alguns questionamentos: quem define o que é um autor maior (ou menor) da literatura brasileira? Com que critério se estabelece o que é uma obra-prima, um grande artista, um editor importante? De que modo as obras e os autores são consagrados, canonizados, tornados “núcleo duro” e inquestionado de uma literatura nacional? Em suma, fizemos a metáfora da materialidade dos objetos – trabalhada a partir do exercício com os bancos de concreto – agir sobre a dimensão simbólica dos objetos artísticos (e, particularmente, literários): de onde vêm, como funcionam e por que funcionam os modos de pesar e medir as obras literárias, sua qualidade, relevância,

permanência, e quais são os efeitos disso no modo como a literatura é pensada, praticada, publicada e apreciada?

Argumento: jogar a metáfora contra si mesma

À guisa de chiste para com os arbitrários do universo cultural, e para responder perguntas como as que abrem o resumo deste artigo, talvez pudéssemos definir como “grande obra” o livro que tem mais de 500 páginas, e como “grande autor” aquele que tenha mais de 1,80 metro de altura (o que nos permitiria, ao menos, criar uma falsa explicação para a supremacia masculina nos altares literários)⁴.

Talvez para expurgar a herança maldita dos primeiros “físicos sociais”, cujas analogias do mundo social com a realidade física e os organismos biológicos acabaram por desembocar em teorias hoje consideradas obsoletas, acostumamo-nos a evitar tais analogias. Penso, em contrapartida, que tais analogias podem ser produtivas, desde que não as deixemos dominar o pensamento, ou seja, desde que elas não passem a funcionar como homologias. A teoria dos campos de Pierre Bourdieu é um bom exemplo disso, porque, nela, um certo universo de produção simbólica se comporta de modo análogo a um campo de forças gravitacionais e magnéticas. Em seu esquema interpretativo, as instâncias “de peso” do campo tornam-se polos de atração e gravitação, e acabam por regular as movimentações dos agentes no campo, ajudando a definir as posições que eles terminam por ocupar. Tudo isso mediado pela trajetória prévia dos agentes, que conforma suas disposições: estas constituem uma espécie de fator de inércia, porque condicionam o modo como os agentes se tornam menos ou mais propensos a mover-se, posicionar-se de uma maneira ou outra conforme se alterem as condições de existência e permanência no campo. O próprio autor não se furtou em assumir a origem “dura” das metáforas que utiliza, sem que sua teoria desemboque num funcionalismo à moda comtiana⁵.

⁴ Na via inversa, talvez pudéssemos criar um sistema de conversão para medir o peso dos autores no cânone literário. Neste caso, a consagração de um Shakespeare, engordada ao longo do tempo (em algumas épocas mais que em outras) e já atingindo algumas toneladas, contrasta com a do pobre poeta peso-pena que esta semana, num rincão qualquer de uma língua periférica (português, digamos), enviou seu original a uma editora (a Companhia das Letras, digamos), onde ele sequer será lido.

⁵ Em *As regras da arte*, há um trecho particularmente esclarecedor a esse respeito: “Estabelecendo, assim, os dois polos do campo do poder, verdadeiro *meio* no sentido newtoniano, em que se exercem forças sociais, atrações ou repulsões, que encontram sua manifestação fenomenal sob a forma de motivações psicológicas tais como o amor ou a ambição, Flaubert instaura as condições de uma espécie de experimentação sociológica: cinco adolescentes – entre os quais o herói, Frédéric –, provisoriamente reunidos por sua posição comum de estudantes, serão lançados nesse espaço, como partículas em um campo de forças, e suas trajetórias serão determinadas pela relação entre as forças do campo e sua inércia própria. Essa inércia está inscrita, de um lado, nas disposições que eles devem às suas origens e às suas trajetórias, e que implicam uma tendência a perseverar em uma maneira de ser, portanto, em uma trajetória provável,

Para além da anedota das grandes obras e autores, e sem a pretensão de esgarçar a metáfora, o que se pretende aqui é que a analogia retroceda produtivamente ao lugar de onde ela se originou. O objetivo, um tanto ousado, é liberar a materialidade da sua dimensão experiencial ou interacional: para além do contato entre um objeto e um sujeito específico (o nível das sensações e das impressões, mencionado no início deste trabalho), é preciso pensar nos efeitos duradouros que a materialidade tem para o estatuto que um certo livro e um certo autor possuem para um grupo social, uma comunidade de leitura ou um campo simbólico. A pergunta específica que guia essa proposta é a seguinte: em que medida a compleição física dos livros exerce efeitos sobre os mecanismos de consagração no mundo editorial? Trata-se, portanto, de renovar os esforços de incorporar a questão da materialidade ao estudo dos universos intelectuais (a edição de livros pensada, ela própria, seja como um universo desse tipo, seja como uma “região” de universos intelectuais historicamente constituídos, tais como a literatura, as ciências sociais, a religião e outros).

Nessa tentativa de conectar a experiência sensorial e intelectual das pessoas com os livros a problemas teóricos e empíricos que se situam para além dessa experiência, também se pretende estabelecer diálogos com uma sociologia histórica dos intelectuais que tem sido vítima do *habitus* escolástico de seus praticantes, *habitus* que, em grande medida, reduz o universo das práticas intelectuais àquilo que ele tem de propriamente “intelectual”. Tal perspectiva – a nosso ver limitada, se o que se pretende é pensar a edição como prática social – relega a um segundo plano duas questões que aqui importa sublinhar. A primeira diz respeito ao fato de que o contato entre pessoas e livros nunca é meramente “intelectual” no sentido estrito da racionalização, do pensamento e da reflexão: esse contato é também sensorial e emocional. A segunda consiste em assumir que pensar a dimensão “intelectual” das trocas simbólicas não implica, ao contrário do que muitos supõem, privilegiar sua faceta propriamente textual.

A esse respeito, vale lembrar que Chartier (1990) chama atenção para a importância de considerar o enraizamento e a circulação das ideias, tanto quanto o seu “conteúdo” propriamente dito, o que implicaria, segundo o autor, considerar três polos de análise: o texto, o objeto que lhe dá suporte e a prática social na qual ele adquire sentidos específicos. Não bastaria, portanto, olhar para um texto qualquer como se ele pudesse

e, do outro lado, no capital que herdaram, e que contribui para definir as possibilidades que lhes são destinadas pelo campo” (BOURDIEU, 1996, p. 24).

existir fora dos objetos, assim como é impossível pensar o leitor em termos abstratos, fora de sua existência social concreta. Em linha complementar, a distinção entre texto (*text*) e livro (*book*), bem como a consideração tríplice da leitura, do manuseio e da circulação dos livros (PRICE apud GONÇALVES, 2018) dão insumos analíticos para pensar a materialidade dos objetos editoriais como resultado das mediações editoriais.

Se o que se pretende, como é o caso aqui, é pensar como o universo dos editores e das editoras produz suas lógicas de funcionamento, com base numa crença socialmente compartilhada no valor social e cultural do livro, é de se supor que um adequado dispositivo analítico leve em consideração não apenas os modos de ser e de fazer específicos do campo literário, científico, religioso – e materializados, principal mas não exclusivamente, no texto –, mas também todo o conjunto de procedimentos que incidem sobre a existência material da obra (livro) no mundo, produto da mediação do editor e de outros profissionais da cadeia de produção do livro: os paratextos, o design da capa e do miolo, a relação verbovisual de um livro com o restante da coleção ou do catálogo de que ele faz parte, a inscrição física desse livro em acervos nos espaços públicos e privados (livrarias, bibliotecas, sebos, feiras etc.). Em suma: é o livro em sua completude, pensado como obra editorial (e não apenas literária, científica etc.) dentre outras, que entra na conta da observação empírica para se pensar a edição com universo de práticas relativamente autônomo, um campo.

É nesse sentido que se quer, aqui, jogar a metáfora contra ela mesma: os pesos e medidas no primeiro sentido aqui explicitado não estão desvinculados do segundo, pois a materialidade do livro está direta ou indiretamente ligada aos modos de consagração no espaço editorial. Em certa medida, a legitimidade de obras, autores, editores, disciplinas, correntes de pensamento etc. se produz também por meio dela. Publicar uma apostila, uma brochura ou um livro de capa dura não são a mesma coisa. Ter o nome estampado na capa de um calhamaço de dois quilos certamente dá mais “peso” no campo do que ser autor de um opúsculo que cabe no bolso – ainda que, em contrapartida, este possa a chegar a mais pessoas e ir a mais lugares. É certo que essa relação não é direta nem automática, e a avaliação que um livro recebe está condicionada por muitos outros fatores (quem é o autor, quais são suas credenciais intelectuais e institucionais, qual é a posição da editora no campo etc.). De todo modo, também esses outros fatores estão condicionados pelo modo como os livros ganham existência, numa relação de duplo condicionamento.

É legítimo pensar, então, que os editores jogam uma espécie de jogo duplo: ao mesmo tempo que a prática de editar livros significa tomar posições num certo universo de práticas intelectuais, implica também tomar posições no espaço compartilhado das editoras e editores. Nessa dimensão específica, publicar não é apenas um partido literário, religioso, sociológico etc., mas também um partido especificamente *editorial*, porque implica concepções específicas a respeito do objeto, de seus usos e de sua circulação no mundo. A materialidade entra, aqui, não como objeto de análise *per se*, mas como um elemento a mais a complexificar a compreensão da edição de livros como espaço relacional e de seus regimes de regulação, institucionalização e hierarquização. Em contrapartida, ela deixa de ser meramente uma “via de acesso” aos regimes de verdade do *texto* para tornar-se, ela mesma, portadora de regimes de verdade específicos, que concernem à constituição do espaço editorial como espaço de disputas tanto econômicas como simbólicas.

Duas hipóteses e uma consideração final

As observações acima esboçadas têm alguns desdobramentos empíricos nas pesquisas que venho realizando sobre a configuração contemporânea do mercado editorial brasileiro, a partir de duas linhas de trabalho complementar.

A primeira delas diz respeito à centralidade que a materialidade do livro impresso assumiu, nos últimos anos, com uma espécie de *revival* da edição artesanal no universo da publicação dita “independente”. A raridade dos materiais e dos métodos, a astúcia no uso de procedimentos de inscrição dos textos e das imagens, bem como a adoção de cortes, dobras e encadernações engenhosas ou inusitadas têm se constituído como trunfos relevantes para a presença pública desses produtores editoriais esteticamente orientados. Não obstante, a hipótese com a qual temos trabalhado é de que, nessa fração do espaço editorial brasileiro, tal ênfase na materialidade do livro é muito diferente das anteriores formas de fetichização do objeto, como a bibliofilia retromaníaca, ainda que incorpore alguns de seus elementos (ver, por exemplo, os casos documentados em CRENI, 2013). Em vez disso, o livro impresso deve ser pensado, aqui, ao mesmo tempo como o *outro* e como o *duplo* do digital: favorecida pela democratização dos recursos de editoração eletrônica e de impressão digital sob demanda, essa produção editorial de cariz artesanal e/ou artístico adquire inteligibilidade quando pensada sob o prisma da voragem autopublicadora que rege o entorno digital. Se a questão que se coloca na pesquisa é a da

consagração dos produtores, ou seja, a desigual distribuição das reputações no espaço (ENGLISH, 2005; HEINICH, 1999; SAPIRO, 2016), vale lembrar que a convergência e o efeito cumulativo das condições técnicas de possibilidade material dessa produção deve ser pensada à luz das discussões analíticas sobre a emergência recente de cenas culturais *vintage*, artesanais, DIY e similares, por um lado, e sobre os valores e as práticas do empreendedorismo contemporâneo, por outro. São essas constelações de representações sobre o trabalho, a edição e a arte que permitem pensar a materialidade dos objetos editoriais como parte dos esforços de distinção dos produtores, a despeito de toda a mística de colaboração e amizade que ali se forja.

A segunda linha de trabalho tem como foco outra região do espaço editorial brasileiro que poderíamos definir como mais profissionalizada e institucionalizada. Com respeito a essa fração, tenho trabalho com a hipótese, já esboçada em trabalho anterior (MUNIZ JR., 2013), de que os anos 1990 marcam um período de ruptura na constituição relacional desse espaço, em função não apenas de mudanças políticas, sociais e econômicas mais amplas do processo de redemocratização do país, mas também de um câmbio geracional dos editores neste momento⁶. A materialidade dos objetos editoriais entra, aqui, como um elemento importante na definição de um novo núcleo de consagração, formado por editoras que surgem ou ganham visibilidade naquele momento. Pode-se mencionar, a título de exemplo, o papel da Companhia das Letras, que inaugura novos parâmetros de reputação por meio da adoção de “concepções editoriais profissionais, que envolvem os novos livros de prestígio” (SORÁ, 1997); a CosacNaify, que se torna uma referência-chave do livro de arte como objeto de design único, a despeito de sua produção industrial; e os catálogos da Edusp e da Ateliê, com Plínio Martins Filho à frente, que praticam um design mais rotinizado e conservador. Mesmo em regiões do espaço editorial menos calcadas no trabalho visual e gráfico, essa nova ênfase se expressa: por exemplo, o surgimento da Boitempo, no âmbito do pensamento marxista, para além

⁶ “Hallewell (2005, p.740) nota a coincidência entre o curto governo Collor e a morte de grandes editores. José Olympio (1902-1990), que marcou as décadas de 1930 a 1950 no Rio de Janeiro, morreu quando a empresa não mais lhe pertencia. Caio Prado Júnior (1907-1990), intelectual e político comunista que fundou a Brasiliense em 1943, ainda pôde assistir à decadência da empresa que revelou Schwarcz; seu filho Caio Graco (1931-1992), que assumira a direção da editora, morreria pouco depois. Nesse meio-tempo, faleceriam também Sergio Lacerda (1938-1991), que administrava a Nova Fronteira, fundada em 1965 pelo pai, o político Carlos Lacerda (1914-1977); e Alfredo Machado (1923-1991), fundador da também carioca Record, hoje parte do grupo gerido por Sérgio Machado (1938-). Até o fim dos anos 1990, morrem outros três editores importantes: Ênio Silveira (1925-1996), artífice da Civilização Brasileira; Jorge Zahar (1920-1998), sucedido por sua filha e sua neta; e Waldir Martins Fontes (1934-2000), cuja empresa em 2005 foi cindida com as desavenças entre seus filhos Alexandre (selo WMF) e Evandro (selo Martins)” (MUNIZ JR., 2013, p. 9).

das ênfases temáticas e teóricas que daí se possam abstrair, denota um ponto de viragem com relação às editoras de esquerda de períodos anteriores também no que se refere ao trabalho sobre a materialidade dos objetos editoriais.

A Feira Plana e o Prêmio Jabuti são, respectivamente, os objetos empíricos sobre os quais tenho me debruçado com o objetivo de equacionar essas questões, porque se constituem como lugares de presença coletiva dos editores. São, também, instâncias nas quais o espaço editorial se deixa capturar como espaço de relações que são, simultaneamente, de cooperação e de disputa. No caso da Plana, trata-se atualmente de um dos principais espaços da cidade de São Paulo – polo concentrador e articulador desse circuito – que reúne produtores gráficos, artistas, escritores e editores dedicados à produção de zines, livros, folhetos, múltiplos e outros materiais impressos, o que a torna um *locus* privilegiado para a observação de práticas e materialidades simbólicas articuladas em torno do papel e das técnicas de impressão. O Jabuti, por sua vez, é a instância central de consagração dos editores brasileiros a partir dos anos 1990, momento a partir do qual o prêmio, promovido pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), gradativamente se profissionaliza e ganha importância – também com a inclusão de categorias de premiação relacionadas diretamente ao trabalho com as materialidades editoriais, como capa, projeto gráfico e ilustração. Ambos, Plana e Jabuti, fornecem, em termos qualitativos e quantitativos, as possibilidades de esboçar um *retrato* coletivo do campo, em dupla acepção: como conjunto emaranhado de trajetórias (um retrato construído de modo prosopográfico, ou seja, pela objetivação de trajetórias que se cruzam) e como encenação pública de uma presença coetânea no espaço editorial brasileiro (uma espécie de “fotografia posada”, retrato que os próprios editores permitem fazer de si mesmos para as lentes do debate público).

Longe de pensar a edição como conjunto de práticas puramente estratégicas e racionais, tais empreitadas de pesquisa devem incorporar à análise uma ordem de fenômenos que diz respeito às sensibilidades em torno aos *modos de fazer* – o que supõe considerar, portanto, uma espécie de espessura política das materialidades e das mudanças sociotécnicas que as tornam possíveis. O objetivo é escapar das armadilhas da mera celebração que têm orientado o olhar de muitos pesquisadores para as materialidades do livro – celebração que, em última instância, serve apenas para intervir de modo menos ou mais crítico na formação dos cânones do espaço editorial brasileiro. Não se trata de pôr de lado a qualidade e a ousadia do trabalho visual-gráfico das editoras, mas questionar a

maneira pela qual os critérios de medida dessa qualidade e dessa ousadia se tornam eficazes para a construção das reputações daqueles que estão envolvidos com a prática editorial. Ao impor à metáfora dos pesos e medidas da vida intelectual uma espécie de “giro sobre o próprio eixo”, este trabalho propõe uma pequena contribuição nesse sentido.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Difel: Lisboa; Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1990.

CRENI, Gisela. *Editores artesanais brasileiros*. Belo Horizonte: Autêntica; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

ENGLISH, James F. *The Economy of Prestige: Prizes, Awards and the Circulation of Cultural Value*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2005.

GONÇALVES, Márcio Souza. O texto, o livro, o sentido e o leitor. *Signo*, v. 43, n. 76, p. 88-98, jan./abril 2018.

HEINICH, Natalie. *L'épreuve de la grandeur: prix littéraires et reconnaissance*. Paris: Éditions La Découverte, 1999.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

MUNIZ JR., José de Souza. Sociologia de um prêmio: novas coordenadas da consagração no campo editorial brasileiro (1991-2010). In: *Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. Santiago (Chile): Asociación Latinoamericana de Sociología, 2013.

SAPIRO, Gisèle. The metamorphosis of modes of consecration in the literary field: Academies, Literary Prizes, Festivals. *Poetics*, n. 59, 2016, p. 9-14.